

Carlos Vinícius Alves Ribeiro

*Prefácio*

Tarcísio Vieira de Carvalho Neto

ACORDOS NA  
JUSTIÇA ELEITORAL  
Negócios Jurídicos Eleitorais

Belo Horizonte

**FÓRUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

© 2020 Editora Forum Ltda

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

## Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Ínês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Treilas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lucio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clevis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Crotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

## FORUM

Edição e distribuição em todo o Brasil

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araujo  
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

R484a	Ribeiro, Carlos Vinícius Alves Acordos na justiça eleitoral: negócios jurídicos eleitorais / Carlos Vinícius Alves Ribeiro. – Belo Horizonte : Fórum, 2020. 113 p.; 12x18cm
	ISBN: 978-65-5518-025-1
	1. Direito Administrativo. 2. Direito Negocial. 3. Direito Premial. 4. Direito Eleitoral. I. Título.
	CDD: 341.3 CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RIBEIRO, Carlos Vinícius Alves. *Acordos na justiça eleitoral: negócios jurídicos eleitorais*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 113 p. ISBN 978-65-5518-025-1.

## SUMÁRIO

## PREFÁCIO

**Tarcisio Vieira de Carvalho Neto** ..... 11

NOTA DO AUTOR ..... 19

## CAPÍTULO 1

O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO ..... 21

1.1 Do Brasil Colônia aos dias atuais ..... 22

1.2 A terceira onda: o Ministério Público da  
Constituição de 1988 ..... 32

## CAPÍTULO 2

ENTRE A UNIDADE E A INDEPENDÊNCIA  
FUNCIONAL: O DILEMA DA ESFINGE  
DECIFRE-ME OU DEVORO-TE ..... 39

## CAPÍTULO 3

AS FERRAMENTAS DE ATUAÇÕES  
EXTRAJUDICIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ..... 47

3.1 Inquérito civil público ..... 48

3.2 As recomendações ..... 51

3.3 Os termos de ajustamento de conduta ..... 53

## CAPÍTULO 4

PESQUISA NO DIREITO ALIENÍGENA SOBRE A ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	57
4.1 Portugal.....	57
4.2 Espanha.....	58
4.3 França.....	60
4.4 Itália.....	61

## CAPÍTULO 5

ATRIBUIÇÕES ELEITORAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	63
5.1 A arquitetura do Ministério Público Eleitoral....	63
5.2 Funções eleitorais do Ministério Público.....	65

## CAPÍTULO 6

DIREITO PREMIAL SANCIONATÓRIO NA JUSTIÇA ELEITORAL BRASILEIRA.....	69
6.1 Ajustamento de conduta eleitoral.....	70
6.2 Acordo de não persecução eleitoral.....	83
6.2.1 O dogma da obrigatoriedade da ação penal.....	85
6.2.2 A contracorrente.....	87
6.2.3 Constitucionalizando o “princípio da obrigatoriedade”.....	89

## CAPÍTULO 7

CONCLUSÃO.....	99
REFERÊNCIAS.....	101